

Yata Anderson Gonzaga Masullo

Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço
yanderson3620@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5861-752X>

Dayana Serra Maciel

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
dayannamaciels@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7581-5111>

RESUMO

O presente estudo analisa a dinâmica espaço-temporal das comunidades e favelas urbanas e sua relação com a incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na Ilha do Maranhão, abrangendo os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, no período de 2014 a 2019. Fundamentado em uma abordagem sistêmica e interdisciplinar da produção social do espaço urbano, o trabalho utiliza técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) e geoprocessamento para identificar padrões de distribuição espacial da violência letal, regimes espaço-temporais e o perfil das vítimas. Os resultados demonstram que, das 4.104 ocorrências de CVLI registradas no período analisado, aproximadamente 42% ocorreram em comunidades e favelas urbanas, sendo que cerca de 22% dos casos concentraram-se nos bairros Cidade Olímpica, Coroadinho e Vila Embratel. Verificou-se, ainda, que nesses territórios a incidência de crimes letais envolvendo mulheres e jovens entre 18 e 29 anos apresenta proporções superiores às médias observadas em âmbito municipal e estadual. Os achados evidenciam a persistência de desigualdades socioespaciais que favorecem a concentração territorial da violência, revelando a estreita relação entre segregação urbana, vulnerabilidade social e processos de territorialização do crime. Conclui-se que a violência letal constitui um importante indicador das assimetrias de poder presentes no espaço urbano, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas integradas de segurança, inclusão social e desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Violência Letal. Segregação Socioespacial. Ilha do Maranhão.

ABSTRACT

This study analyzes the spatiotemporal dynamics of urban communities and favelas and their relationship with the incidence of Intentional Lethal Violent Crimes on Maranhão Island, encompassing the municipalities of São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, and Raposa between 2014 and 2019. Grounded in a systemic and interdisciplinary approach to the social production of urban space, the study employs Exploratory Spatial Data Analysis techniques and geoprocessing tools to identify patterns in the spatial distribution of lethal violence, spatiotemporal regimes, and victim profiles. The results indicate that, of the 4,104 Intentional Lethal Violent Crimes incidents recorded during the analyzed period, approximately 42% occurred in urban communities and favelas, while nearly 22% of the cases were concentrated in the neighborhoods of Cidade Olímpica, Coroadinho, and Vila Embratel. Furthermore, these territories exhibited proportions of lethal crimes involving women and young people aged 18 to 29 that were higher than the averages observed at both the municipal and state levels. The findings highlight the persistence of socio-spatial inequalities that contribute to the territorial concentration of violence, revealing a close relationship between urban segregation, social vulnerability, and processes of crime territorialization. It is concluded that



lethal violence constitutes an important indicator of the power asymmetries present in urban space, providing valuable insights for the formulation of integrated public policies aimed at public security, social inclusion, and territorial development.

Keywords: Lethal Violence. Sociospatial Segregation. Maranhao Island

RESUMEN

El presente estudio analiza la dinámica espacio-temporal de las comunidades y favelas urbanas y su relación con la incidencia de los Crímenes Violentos Letales Intencionales en la Isla de Maranhão, abarcando los municipios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar y Raposa durante el período comprendido entre 2014 y 2019. Fundamentado en un enfoque sistémico e interdisciplinario de la producción social del espacio urbano, el trabajo emplea técnicas de Análisis Exploratorio de Datos Espaciales y geoprocésamiento para identificar patrones de distribución espacial de la violencia letal, regímenes espacio-temporales y el perfil de las víctimas. Los resultados demuestran que, de los 4.104 casos de Crímenes Violentos Letales Intencionales registrados durante el período analizado, aproximadamente el 42 % ocurrieron en comunidades y favelas urbanas, mientras que cerca del 22 % de los casos se concentraron en los barrios Cidade Olímpica, Coroadinho y Vila Embratel. Asimismo, se constató que, en estos territorios, la incidencia de crímenes letales que involucran a mujeres y jóvenes de entre 18 y 29 años presenta proporciones superiores a los promedios observados en los ámbitos municipal y estatal. Los hallazgos evidencian la persistencia de desigualdades socioespaciales que favorecen la concentración territorial de la violencia, revelando la estrecha relación entre segregación urbana, vulnerabilidad social y procesos de territorialización del crimen. Se concluye que la violencia letal constituye un importante indicador de las asimetrías de poder presentes en el espacio urbano, proporcionando insumos para la formulación de políticas públicas integradas de seguridad, inclusión social y desarrollo territorial.

Palabras clave: Violencia letal. Segregación socioespacial. Isla Maranhao.

1.INTRODUÇÃO

Os conflitos e as disputas territoriais observados nas grandes e médias cidades dos países emergentes estão diretamente relacionados ao processo de urbanização intensificado ao longo do século XX. Em muitos casos, o planejamento urbano não acompanhou o ritmo de crescimento das cidades, contribuindo para a ampliação das desigualdades socioespaciais e para a expansão de áreas marcadas pela precariedade habitacional e pela insuficiência de infraestrutura urbana. Segundo Zakayo et al. (2018), os impactos negativos da urbanização acelerada tendem a ser mais expressivos nos países em desenvolvimento, enquanto seus benefícios são mais perceptíveis nos países desenvolvidos.

No Brasil, o processo de urbanização esteve associado à formação de novas centralidades e à expansão de áreas periféricas resultantes, entre outros fatores, da migração rural-urbana, das limitações das políticas habitacionais e da fragilidade dos processos de regularização fundiária. Nesse contexto, consolidaram-se diversas formas de ocupação informal do solo urbano, geralmente caracterizadas pela ocupação de áreas públicas ou privadas destinadas à moradia e frequentemente desprovidas de condições urbanas adequadas (ALVAREZ et al., 2017).

Essas áreas correspondem ao que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica como aglomerados subnormais, definidos como conjuntos de unidades habitacionais carentes de serviços essenciais, implantadas em terrenos de terceiros e caracterizadas, em geral, pela elevada densidade construtiva e pela disposição irregular das moradias (IBGE, 2010). Neste estudo,



entretanto, adota-se a denominação comunidades e favelas urbanas, por se considerar que essa expressão representa de forma mais adequada a complexidade socioespacial desses territórios.

As comunidades e favelas urbanas são frequentemente associadas a condições de vulnerabilidade social, precariedade urbana e insegurança. Contudo, compreendê-las exclusivamente a partir dessas características significa desconsiderar sua importância como espaços de sociabilidade, produção cultural, organização comunitária e construção de identidades coletivas. Conforme destacam Mazur e Pontes (2011), esses territórios convivem simultaneamente com situações de instabilidade e exclusão social, mas também desenvolvem formas próprias de resistência e adaptação às desigualdades produzidas no espaço urbano.

No campo da segurança pública, diversos estudos apontam a existência de relações entre as formas de produção do espaço urbano, as desigualdades socioespaciais e a distribuição territorial da criminalidade. Entre eles destacam-se os trabalhos de Beato (1998), Rivero e Rodrigues (2009), Nogueira (2010), Suliano e Oliveira (2010), Mazur e Pontes (2011), Medeiros et al. (2013), Oliveira e Oliveira Neto (2014), Masullo et al. (2020) e Silva e Lopes (2020), que evidenciam a influência das desigualdades urbanas na configuração espacial da violência.

No Brasil, a violência letal constitui um dos principais desafios sociais contemporâneos. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), analisados pelo Ipea (2020), foram registrados 45.503 homicídios no país em 2019, correspondendo a aproximadamente 21 mortes por 100 mil habitantes. Além disso, a violência apresenta maior intensidade nas regiões metropolitanas, onde se concentram importantes desigualdades econômicas, sociais e territoriais (IPEA, 2021).

Esse contexto também se manifesta na Ilha do Maranhão, composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que constituem o núcleo central da Região Metropolitana da Grande São Luís. Segundo o IMESC (2021), esses municípios concentraram aproximadamente 20% da população estadual e cerca de 25% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrados no Maranhão entre 2014 e 2021.

A presente pesquisa fundamenta-se na Teoria da Concentração Criminal (WEISBURD et al., 2012) e na Teoria da Desorganização Social, segundo a qual fatores como pobreza, desigualdade social e fragilidade dos mecanismos de organização comunitária podem influenciar a distribuição espacial da criminalidade (JONES; PRIDEMORE, 2018). A partir desse referencial, busca-se compreender como as características socioespaciais das comunidades e favelas urbanas se relacionam com a ocorrência da violência letal na Ilha do Maranhão.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três seções. Inicialmente, apresenta-se um panorama da dinâmica socioespacial das comunidades e favelas urbanas no Brasil e no Maranhão.



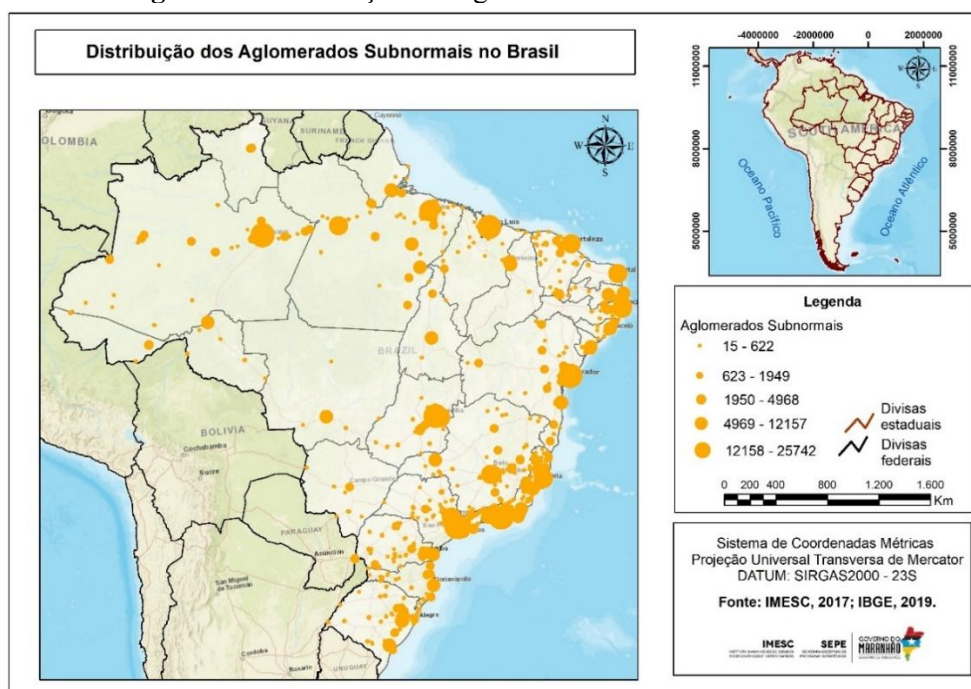
Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Por fim, analisa-se a distribuição espaço-temporal dos Crimes Violentos Letais Intencionais e sua relação com as comunidades e favelas urbanas da Ilha do Maranhão.

2. COMUNIDADES E FAVELAS URBANAS E OS CRIMES LETAIS NO BRASIL

Os atuais territórios classificados pelo IBGE como aglomerados subnormais, aqui denominados comunidades e favelas urbanas, decorrem de um processo histórico de distribuição desigual da terra urbana, associado à dificuldade do Estado em garantir o direito à moradia e à propriedade previstos na Constituição Federal (OLIVEIRA; OLIVEIRA NETO, 2014; MASULLO et al., 2021). Esse processo contribuiu para a formação de vazios urbanos e para a expansão de ocupações informais em diferentes cidades brasileiras.

Segundo o IBGE (2019), o Brasil possui cerca de 13.151 comunidades e favelas urbanas distribuídas em 734 municípios. Ainda que esse quantitativo possa estar subestimado, observa-se que a maior concentração dessas áreas ocorre nas regiões Sudeste e Nordeste, que reúnem aproximadamente 74% do total nacional (Figura 1; Tabela 1).

Figura 1- Classificação dos aglomerados subnormais no Brasil



Fonte: adaptado IBGE, 2010.

**Tabela 1 - Número de aglomerados subnormais, Brasil e as grandes regiões**

Brasil e Grandes Regiões	Nº de aglomerados subnormais	Aglomerados por região (%)
Norte	1.237	9%
Nordeste	3.203	24%
Sudeste	6.573	50%
Sul	1.749	13%
Centro-Oeste	389	3%
Brasil	13.151	100%

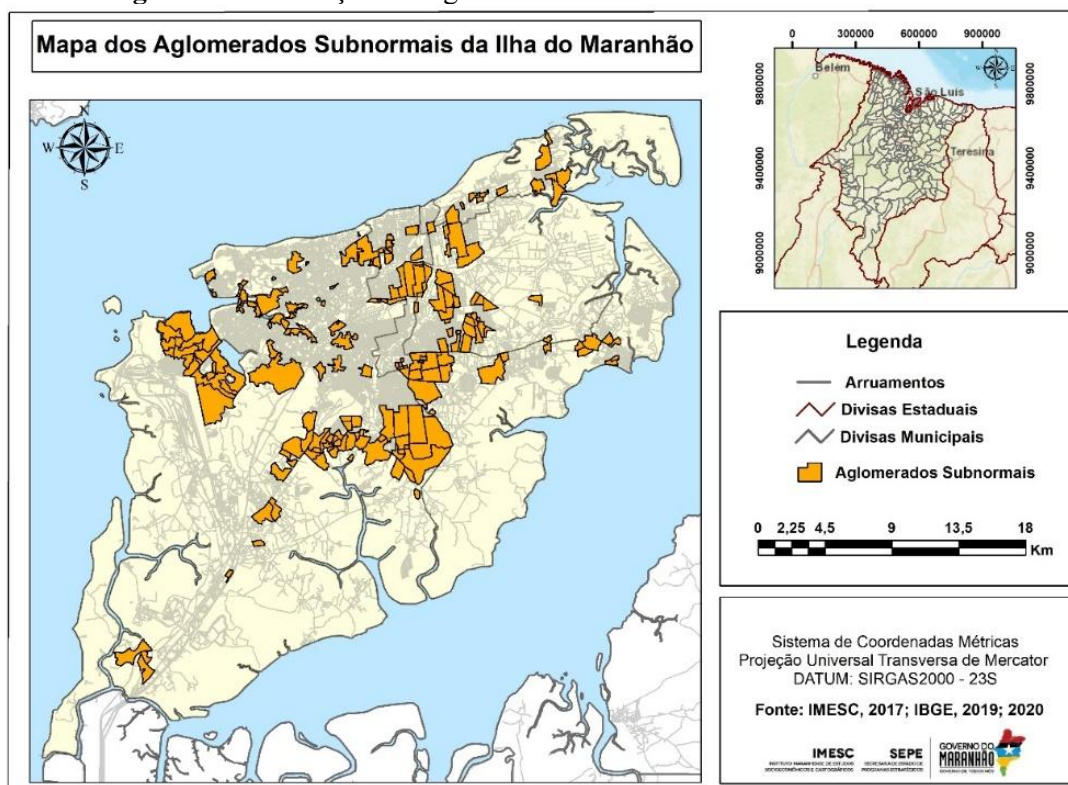
Fonte: IBGE, 2019.

Entre as unidades da Federação, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam os maiores quantitativos, concentrando, respectivamente, 25% (3.353) e 14% (1.830) das comunidades e favelas urbanas do país. Nesse contexto, o Maranhão ocupa a 14ª posição entre os estados brasileiros, com 221 comunidades e favelas urbanas distribuídas em dezoito municípios: Açailândia, Buriticupu, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Paço do Lumiar, Pedreiras, Pinheiro, Raposa, Santa Inês, Santa Luzia, São José de Ribamar, São Luís, Timon, Turilândia, Tutóia e Zé Doca. Destaca-se que 51% dessas áreas concentram-se na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), enquanto São Luís figura entre os municípios brasileiros com maior quantitativo dessas ocupações, registrando 101.030 domicílios localizados nesses territórios.

Na Ilha do Maranhão, situada na área metropolitana da RMGSL, foram identificadas 179 comunidades e favelas urbanas distribuídas entre os quatro municípios que a compõem. Destas, a maior concentração ocorre em São Luís, que reúne 43% do total estadual (IBGE, 2020). Considerando apenas a Ilha do Maranhão, 54% dessas áreas localizam-se na capital, 22% em São José de Ribamar, 18% em Paço do Lumiar e 7% em Raposa (Figura 2). Dados do IBGE (2019) indicam que São Luís possui o maior quantitativo dessas áreas no estado, com 96 registros, seguida por São José de Ribamar (39), Paço do Lumiar (32) e Raposa (12).



Figura 2- Distribuição dos aglomerados subnormais na Ilha do Maranhão.



Fonte: adaptado IBGE, 2019.

As 179 comunidades e favelas urbanas identificadas na Ilha do Maranhão abrangem aproximadamente 5% do território dos municípios e concentram cerca de 30% da população local. Verifica-se que a maior parcela dessas ocupações está localizada nas regiões central e nordeste da Ilha. Essas áreas são entremeadas por vazios urbanos e caracterizadas por um território disperso e fragmentado, marcado por processos irregulares de uso e ocupação do solo. Nas últimas décadas, esse território tem assistido ao crescimento de suas periferias, à reprodução da informalidade urbana e à sua reconfiguração espacial (FREITAS, 2008).

Entre as comunidades e favelas urbanas da Ilha do Maranhão, o Coroadinho destaca-se pelo quantitativo de domicílios ocupados, ocupando a primeira posição no estado do Maranhão (Tabela 2).



Tabela 2 - Ranking dos 10 aglomerados subnormais da Ilha do Maranhão por domicílios particulares ocupados

Ordem	Aglomerados Subnormais	Domicílios particulares ocupados	População residente em domicílios particulares ocupados
1	Coroadinho	14.278	53.945
2	Vila Embratel	6.244	23.506
3	Vila Luizão	5.868	22.353
4	Vila Janaína	4.450	16.596
5	Vila Isabel Cafeteira	3.717	14.107
6	Jardim Tropical	3.321	12.956
7	Sá Viana	2.467	9.460
8	Vila São Luís	2.570	9.733
9	Santa Clara	1.892	7.211
10	Ilhinha	1.876	6.901

Fonte: IBGE, 2010.

O surgimento e a concentração dessas ocupações revelam aspectos importantes da forma e da ordem de ocupação do espaço urbano (ALVAREZ et al., 2017). Segundo Ferreira et al. (2008), esses territórios são produzidos no contexto de uma urbanização excludente, associada às desigualdades sociais e econômicas e à concentração de renda e poder. Dessa forma, infere-se que as comunidades e favelas urbanas estão frequentemente associadas a condições de vulnerabilidade social e econômica, localizando-se, em muitos casos, fora dos espaços que apresentam maiores níveis de desenvolvimento econômico nas cidades (SILVA; LOPES, 2020).

Esses territórios caracterizam-se pela heterogeneidade de usos, elevada densidade demográfica, intensos processos migratórios e precariedade no acesso a serviços públicos, como educação, saúde e segurança. Nesses espaços, observa-se uma presença limitada do Estado, enquanto o mercado formal estabelece barreiras de acesso à cidade. Tal situação reforça a interpretação de Carlos (2012), segundo a qual a produção do espaço é socializada, mas sua apropriação ocorre de forma privada.

A seguir, apresenta-se a descrição da abordagem metodológica e dos procedimentos técnicos adotados nesta pesquisa.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho possui caráter exploratório, visto que sua abordagem considera o âmbito sistêmico e multidisciplinar descrito por Morin et al. (2003). Ao mesmo tempo, a fundamentação teórica desta pesquisa seguiu os princípios estabelecidos pela Teoria da Concentração Criminal (WEISBURD et al., 2012), segundo a qual os crimes se concentram em pequenas unidades geográficas e em poucos locais, variando conforme o tipo de crime e o uso da terra. Adicionalmente, a pesquisa fundamenta-se na Teoria da Desorganização Social, que considera que



fatores como desigualdade social e pobreza reduzem o grau de organização social e, mesmo que indiretamente, influenciam os índices de criminalidade intraurbana (JONES; PRIDEMORE, 2018).

A pesquisa foi dividida em duas etapas principais. A primeira correspondeu à coleta e ao tratamento dos dados, sendo classificada com base em fontes primárias e secundárias. A segunda etapa referiu-se à análise espacial, utilizando ferramentas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), com a finalidade de congregar técnicas relacionadas à descrição e à visualização de distribuições espaciais e de diferentes regimes espaço-temporais (ALMEIDA, 2012).

ETAPA 1- COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) foram obtidos junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), correspondendo à série histórica de 2014 a 2019. A sigla CVLI, adotada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), foi criada em 2016. Essa compilação dos dados de violência é composta por homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio). No que se refere ao perfil social das vítimas, as variáveis utilizadas correspondem à faixa etária e ao sexo, observando-se os padrões registrados nos municípios da Ilha do Maranhão (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados utilizados para análise

BASE DE DADOS	TIPOLOGIA	PERFIL
Secretaria de Segurança Pública	Homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio	- Faixa etária - Sexo

Fonte: SSP/MA (2019).

O banco de dados vinculou o estudo especificamente às comunidades e favelas urbanas definidas com base na classificação adotada pelo IBGE, assim como aos dados populacionais utilizados nesta pesquisa. Após a coleta, a seleção e o tratamento das ocorrências de crimes violentos letais em planilhas Excel, realizou-se o cálculo da taxa de incidência por comunidade e favela urbana. Para tanto, utilizaram-se os dados populacionais por setor censitário fornecidos pelo IBGE.

Ressalta-se que a forma de tratamento adotada possibilitou a mensuração e a comparação das ocorrências de CVLI em áreas com diferentes estratos populacionais, considerando toda a série histórica analisada.

$$\text{Incidência (aglomerados subnormais)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de novas ocorrências}}{\text{Quantitativo populacional}} \times 10.000$$

ETAPA 2 - ANÁLISE ESPACIAL

A análise espacial foi realizada por meio de ferramentas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), com a finalidade de identificar e representar a dinâmica espaço-temporal das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na escala intraurbana da Ilha do Maranhão. Conforme Almeida (2012), a AEDE possibilita a descrição, visualização e exploração de padrões



espaciais, permitindo identificar a distribuição dos fenômenos no território e suas variações ao longo do tempo.

Inicialmente, procedeu-se à consolidação da base cartográfica utilizada na pesquisa, a partir de informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Essa etapa permitiu a padronização e integração dos dados espaciais e estatísticos empregados no estudo.

Posteriormente, foram incorporados à base cartográfica os registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e as informações referentes às comunidades e favelas urbanas delimitadas pelo IBGE. A integração dessas informações possibilitou a sobreposição de dados provenientes de diferentes fontes e escalas, permitindo a análise conjunta da distribuição dos crimes e das áreas estudadas.

Para a identificação dos padrões espaciais de criminalidade, foram elaborados mapas de hot spot, utilizados para representar a concentração espacial das ocorrências e sua variação ao longo da série histórica analisada. Além da elaboração dos mapas temáticos, a base de dados estruturada possibilitou a realização de análises estatísticas e inferências espaciais voltadas à compreensão da distribuição dos CVLIs e à delimitação de áreas de risco.

Para a elaboração de gráficos e matrizes foi utilizado o software Microsoft Excel. Já para a produção dos mapas temáticos e a organização da base cartográfica empregou-se o software ArcGIS 10.8. Como resultado, foi estruturado um banco de dados geográfico composto por informações vetoriais e estatísticas, utilizado como suporte para as análises desenvolvidas nesta pesquisa.

Os procedimentos técnicos adotados buscaram analisar a relação entre os elementos e fenômenos espaciais investigados, considerando a existência de dependência entre a configuração dos territórios em escala intraurbana e a incidência dos CVLI.

4. DINÂMICA ESPACIAL DOS CRIMES LETAIS INTENCIONAIS NOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS NA ILHA DO MARANHÃO

As comunidades e favelas urbanas são frequentemente associadas à pobreza, à marginalização, à violência e ao tráfico de drogas. Becos, vielas, áreas com iluminação precária e locais de difícil acesso constituem algumas das características decorrentes da configuração espacial desses territórios (SANTANA; SILVA, 2019). Entre os problemas mais recorrentes presentes nesses espaços destaca-se a violência letal, cuja ocorrência está relacionada aos processos históricos de urbanização e territorialização das cidades, contribuindo para o aumento da sensação de



insegurança e medo na população. A violência configura-se como um fenômeno social complexo, que se manifesta de diferentes formas em uma mesma sociedade (PIMENTA et al., 2020).

Segundo Ferreira e Penna (2005), a violência se territorializa no espaço urbano por meio das relações sociais expressas nas singularidades socioeconômicas e culturais estabelecidas em determinado momento histórico. Esse processo de territorialização ocorre a partir da constituição de elementos capazes de modificar as condições ambientais e sociais dos territórios (SANTOS, 2015).

Dentre as diversas manifestações da violência presentes nas sociedades contemporâneas, destaca-se a violência letal. Os crimes dolosos contra a vida figuram entre as principais causas de morbimortalidade da população, sobretudo nas áreas urbanas (PIMENTA et al., 2020; FRANÇA; RONDON FILHO, 2021).

Ao analisar territórios com características semelhantes, Hipp e Yates (2011) demonstraram que a concentração da pobreza e determinadas características territoriais, associadas principalmente à migração rural-urbana e à fragilidade na implementação de políticas públicas, influenciam os padrões e as relações sociais. Nesse contexto, a violência urbana pode tanto ser influenciada pelas transformações demográficas e pela coesão social quanto produzir efeitos sobre elas. Na mesma direção, Wang et al. (2019) afirmam que as atividades criminosas distribuem-se de forma desigual no território, estando associadas a fatores socioculturais e às oportunidades para o cometimento do crime.

Essa dinâmica relaciona-se ao comportamento da violência letal no Brasil ao longo dos anos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), entre 2015 e 2017 os homicídios apresentaram crescimento, atingindo seu ápice nesse período. A partir de 2018 observa-se uma tendência de redução, com queda de 11% em 2018 e de 22% em 2019. Em relação às Mortes Violentas Intencionais (MVI), verificou-se redução de 17% entre 2018 (57.574) e 2019 (47.742) (IPEA, 2021).

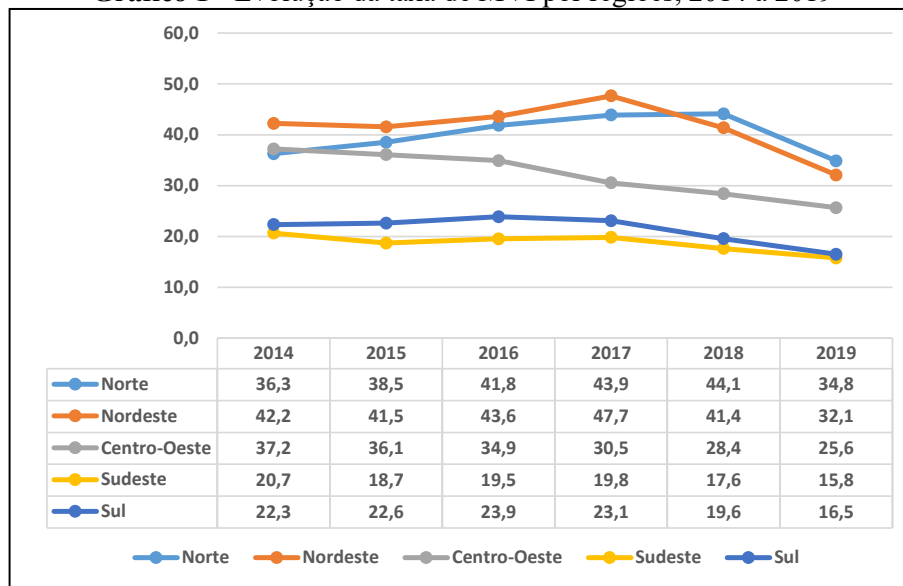
Entre os fatores apontados para essa redução destacam-se as mudanças no regime demográfico, que diminuiram a participação de jovens na composição populacional ao longo da última década, bem como os efeitos do Estatuto do Desarmamento e das políticas estaduais de segurança pública, que ampliaram a capacidade de prevenção e controle da criminalidade violenta (IPEA, 2020). Entretanto, o mesmo estudo ressalta que essa tendência deve ser analisada com cautela, em razão da deterioração da qualidade dos registros oficiais observada nos últimos anos e das discrepâncias existentes entre os dados produzidos pelas Polícias Civis e pelo Ministério da Saúde.

Ao analisar os dados por região, verifica-se redução das ocorrências de mortes violentas em todo o país, com destaque para a Região Nordeste (Gráfico 1). Em 2017, essa região registrou



27.288 mortes violentas, reduzindo para 18.320 em 2019. Entre 2011 e 2019, a incidência dessas ocorrências apresentou redução de 32,7%.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de MVI por regiões, 2014 a 2019



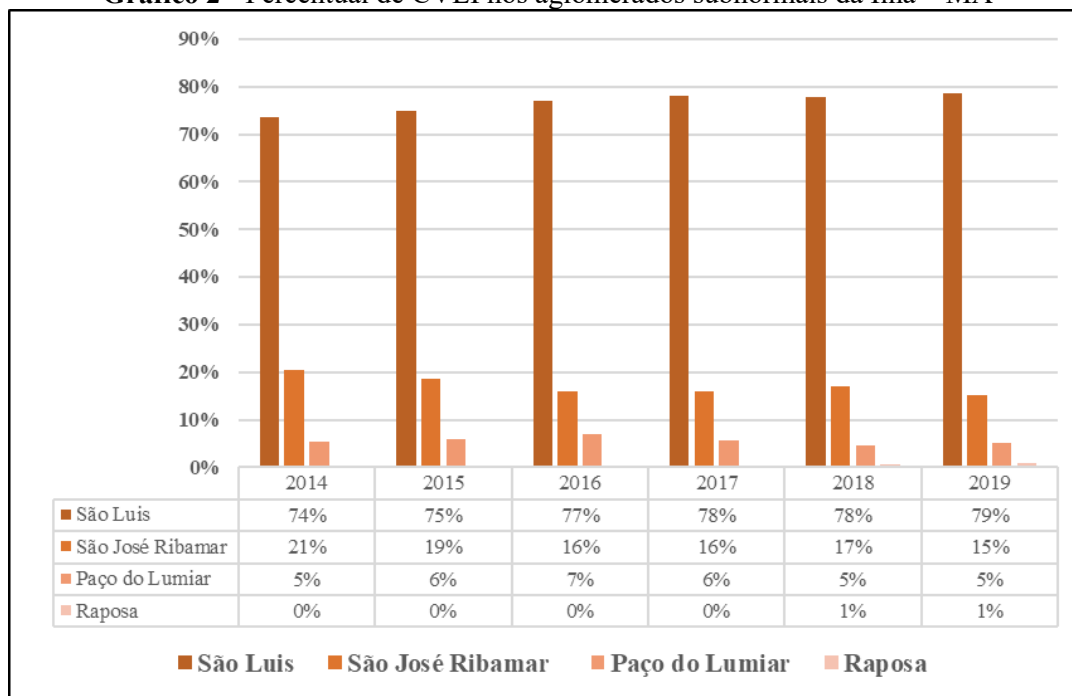
Fonte: FBSP, 2020.

Com relação às unidades federativas, o Atlas da Violência (2021) aponta redução das taxas de homicídio em praticamente todos os estados brasileiros, com exceção do Amazonas, que registrou aumento de 1,6% entre 2018 e 2019. Por outro lado, as unidades federativas com maiores registros de crimes violentos letais concentram-se nas regiões Norte e Nordeste. Destaca-se a Bahia, que contabilizou 35.689 ocorrências entre 2014 e 2019, correspondendo a 11,01% dos casos registrados no país. No mesmo período, o Maranhão registrou 11.647 ocorrências, equivalentes a 3,59% do total nacional.

Nesse contexto, a elevada incidência de CVLI resulta de ações sociais que se desenvolvem no território e influenciam, de forma transversal, setores como saúde, educação e lazer. Tal realidade evidencia a centralidade do território e das relações sociais na compreensão da violência (RAFFESTIN, 1993; LEFEBVRE, 1999). Considerando essa perspectiva, analisou-se a concentração dos Crimes Violentos Letais Intencionais e o perfil predominante das vítimas nas comunidades e favelas urbanas da Ilha do Maranhão (Gráfico 2).



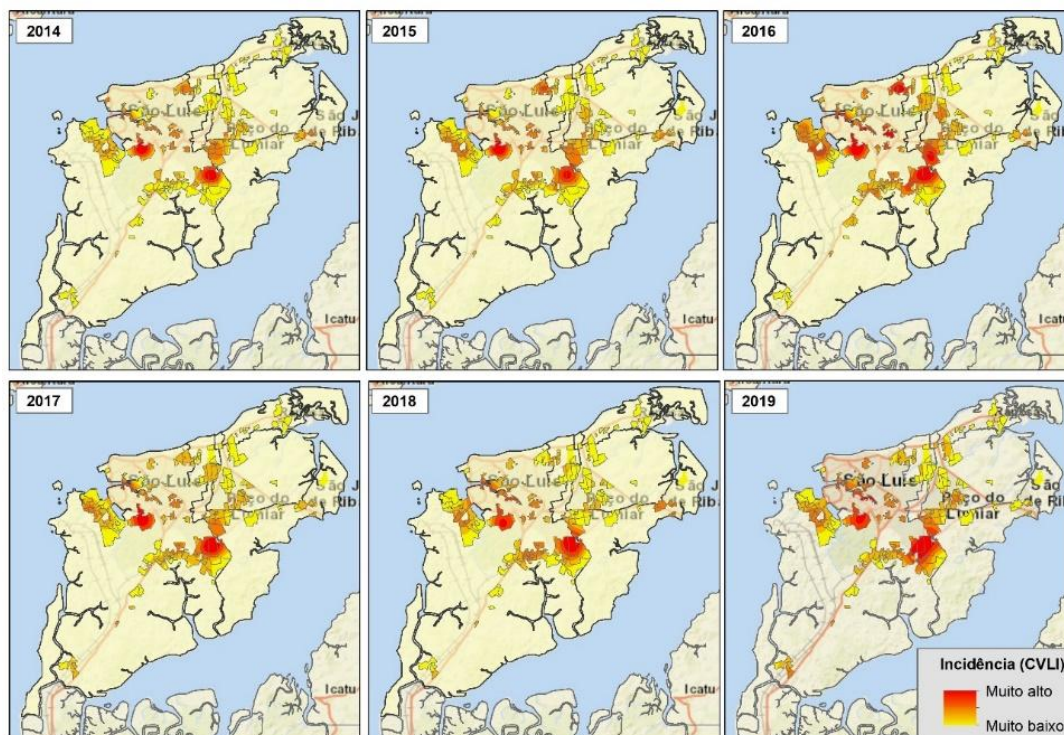
Gráfico 2 - Percentual de CVLI nos aglomerados subnormais da Ilha – MA



Fonte: SSP-MA, 2019.

Entre 2014 e 2019, foram registradas 4.104 ocorrências de CVLI na Ilha do Maranhão, das quais 1.707 ocorreram em comunidades e favelas urbanas, correspondendo a 41,59% dos casos observados nos municípios estudados. A maior concentração ocorreu em São Luís, responsável por 76% dessas ocorrências, totalizando 1.297 casos, o que representa aproximadamente 35% dos registros do estado no mesmo período (Figura 3).

Figura 3 - Espacialização dos AGSNs e incidência de CVLI no período de 2014 a 2019



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.



Observa-se maior incidência de violência letal nas comunidades e favelas urbanas da Cidade Olímpica (10%), Coroadinho (8%) e Vila Embratel (4%), evidenciando a persistência dos crimes e dos ciclos de violência. Nesses territórios, destacam-se situações associadas à fragilidade da presença estatal e das instituições públicas (FERREIRA et al., 2008).

A dinâmica observada demonstra que a incidência da violência se altera no tempo e no espaço (Tabela 3). Tal comportamento evidencia a existência de disparidades socioeconômicas e processos de desorganização social que atuam como fatores associados à ocorrência dos crimes violentos letais, sem constituírem, entretanto, elementos únicos ou determinantes (MASULLO et al., 2020). Essa realidade relaciona-se ao abandono de determinados espaços pelo Estado, favorecendo disputas por recursos e áreas consideradas estratégicas pelos agentes territoriais do crime (NASCIMENTO et al., 2019).

Tabela 3 - Ranking dos aglomerados subnormais no período de 2014 a 2019 na Ilha do Maranhão

RANKING -2014 a 2019 - Aglomerados			
Posição	Aglomerados	CVLI 2014 a 2019	(%)
1	Cidade Olímpica	163	10%
2	Coroadinho	130	8%
3	Vila Embratel	63	4%
4	Vila Janaina	43	3%
5	Jardim Tropical I	42	2%
6	Vila Luizão	35	2%
7	Divinéia	32	2%
8	Vila Conceição-Alto do Calhau	30	2%
9	Coroadado	28	2%
10	João Paulo	27	2%

Fonte: SSP-MA, 2019.

As comunidades e favelas urbanas compartilham características associadas ao processo de territorialização do espaço e às condições sociais de sua população. Segundo Ferreira e Penna (2005), esses territórios podem constituir espaços marcados pela exclusão social, onde diferentes formas de violência encontram condições para sua reprodução.

Além das características relacionadas ao processo de ocupação e consolidação desses territórios, variáveis como sexo e faixa etária mostram-se relevantes para a compreensão da violência letal. Nesse sentido, essas informações foram utilizadas para a caracterização do perfil das vítimas.

Em relação ao sexo das vítimas, verifica-se que 24% dos casos ocorreram entre mulheres, com maiores incidências nas comunidades e favelas urbanas do Coroadinho (12%), Vila São Sebastião (9%) e Divinéia (6%). Esse percentual apresenta-se superior ao identificado em escala municipal por Masullo et al. (2020), que registraram 4,7% de vítimas mulheres. Por outro lado,



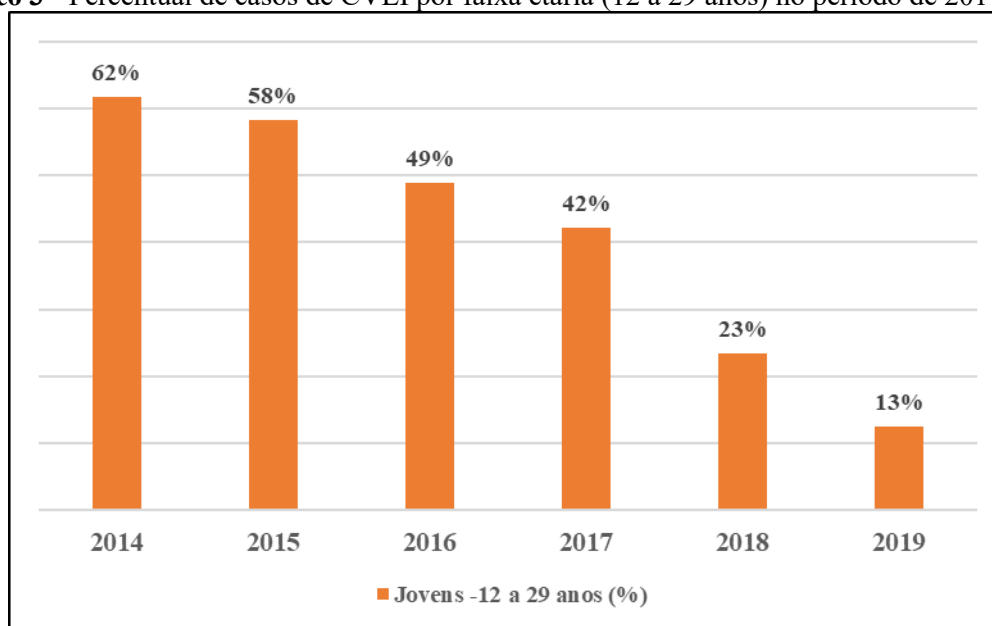
aproximadamente 76% das vítimas eram do sexo masculino, corroborando a tendência observada em âmbito nacional.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), essa realidade pode estar associada a diversos fatores socioculturais, entre eles a predominância masculina em organizações criminosas e a maior exposição dos homens a confrontos armados.

As maiores incidências de CVLI ocorreram entre jovens de 18 a 29 anos, totalizando 827 casos, o equivalente a 48% das vítimas. Entre os adolescentes de 12 a 17 anos, registraram-se aproximadamente 11% dos casos. A média estadual para esse grupo corresponde a 40,4%. Ferreira et al. (2008) associam essa realidade às disputas territoriais existentes no espaço urbano, que tornam a população jovem mais vulnerável à violência.

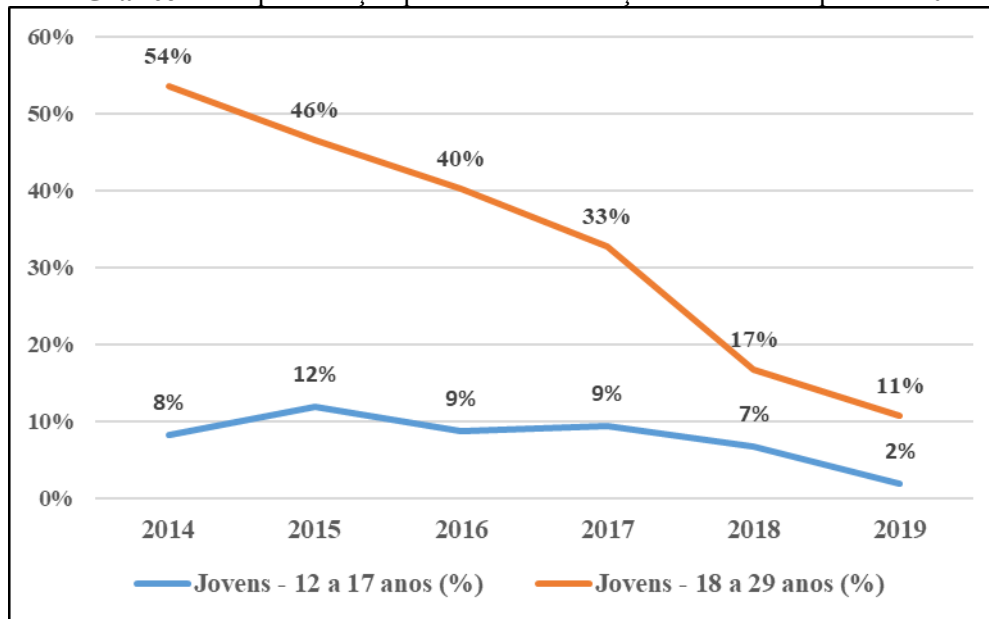
Apesar da elevada participação dos jovens entre as vítimas, observou-se redução dos casos ao longo do período analisado. Considerando a faixa etária de 12 a 29 anos, o percentual passou de 62% (255 casos), em 2014, para 13% (52 casos), em 2019, representando redução de 49 pontos percentuais (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percentual de casos de CVLI por faixa etária (12 a 29 anos) no período de 2014 a 2019



Fonte: SSP-MA, 2019.

O ano de 2015 apresentou aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior entre as vítimas de 12 a 17 anos. Já na faixa etária de 18 a 29 anos, observou-se redução de oito pontos percentuais. Destaca-se a redução dos óbitos ao longo dos anos analisados, especialmente entre os jovens de 18 a 29 anos (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Representação percentual da redução de óbitos no período 2014-2019**

Fonte: SSP-MA, 2019.

Embora os dados indiquem predominância das mortes entre jovens de 18 a 29 anos (48%), a análise por localidade demonstra que, em algumas comunidades e favelas urbanas, os registros entre adolescentes de 12 a 17 anos aproximam-se daqueles observados entre jovens de 18 a 29 anos, como ocorre na Cidade Olímpica e no Coroadinho. Nessas localidades, ambas as faixas etárias concentram número expressivo de casos (Tabela 4).

Tabela 4 - Concentração de casos em AGSNs por faixa etária

2014 a 2019 – Aglomerados					
Posição	Aglomerados	Jovens - 12 a 17 anos		Jovens - 18 a 29 anos	
		Total	%	Total	%
1	Cidade Olímpica	24	12%	81	10%
2	Coroadinho	16	8%	63	8%

Fonte: SSP-MA, 2019.

A mortalidade de jovens representa um desafio não apenas pela sua magnitude, mas também pela sua complexidade e pelos seus impactos demográficos, econômicos, sociais e de saúde pública (FERREIRA et al., 2008). A concentração da violência letal nesses territórios evidencia os níveis de segregação socioespacial e desorganização social presentes no espaço urbano, revelando como as relações de poder se manifestam territorialmente e influenciam as condições de bem-estar social.

De forma semelhante ao observado por Hewitt et al. (2018), os resultados indicam que a heterogeneidade dos territórios influencia a dinâmica e a concentração espacial dos crimes violentos. Nessa perspectiva, a violência manifesta-se em diferentes dimensões associadas à desigualdade social, à fragilidade da presença estatal e às limitações de acesso à saúde, educação, trabalho, segurança e infraestrutura urbana (FERREIRA et al., 2008).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mapeamento, da organização e da espacialização dos dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), este estudo analisou a dinâmica espaço-temporal das comunidades e favelas urbanas e sua relação com a incidência de crimes letais na Ilha do Maranhão, no período de 2014 a 2019.

Os resultados demonstraram que a Ilha do Maranhão concentrava, no período analisado, 81% das comunidades e favelas urbanas identificadas no estado do Maranhão, com predominância dessas áreas no município de São Luís. Observou-se que a distribuição desses territórios está relacionada ao processo de territorialização do espaço urbano e às condições socioeconômicas da população residente.

A análise dos dados permitiu identificar que 41,59% das ocorrências de CVLI registradas entre 2014 e 2019 ocorreram em comunidades e favelas urbanas. Verificou-se, ainda, uma concentração mais expressiva desses crimes em localidades como Cidade Olímpica, Coroadinho e Vila Embratel, evidenciando a distribuição desigual da violência letal no território da Ilha do Maranhão.

Em relação ao perfil das vítimas, constatou-se que os jovens e os indivíduos do sexo masculino constituem o grupo mais atingido pelos Crimes Violentos Letais Intencionais, acompanhando a tendência observada em âmbito nacional. Entretanto, observou-se que, nas comunidades e favelas urbanas analisadas, a participação de vítimas do sexo feminino e de jovens entre 18 e 29 anos apresenta percentuais superiores aos registrados em escalas estadual e municipal.

Os resultados obtidos indicam que a incidência dos Crimes Violentos Letais Intencionais apresenta relação com as desigualdades socioespaciais observadas nesses territórios. Nesse sentido, a concentração da violência letal em comunidades e favelas urbanas reforça a importância de considerar as características territoriais na compreensão da dinâmica da criminalidade na Ilha do Maranhão.

Por fim, destaca-se que a construção do espaço urbano pelos diferentes agentes produtores do espaço influencia a configuração dos territórios presentes na Ilha do Maranhão. Dessa forma, a compreensão da distribuição espacial dos Crimes Violentos Letais Intencionais pode contribuir para o planejamento de ações voltadas à redução da violência e à melhoria das condições de vida da população residente nesses territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. **Econometria espacial aplicada**. Campinas: Alínea, 2012.



ALVAREZ, W. P.; SILVA, J. M. P.; SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P. Violência urbana em uma metrópole amazônica: a produção do espaço e dos aglomerados de execução no município de Marituba/Pará (2011-2013). **Revista Geográfica de América Central**, n. 59, p. 309-339, 2017.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 53-74.

FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Anais [...]. 2008. p. 1-18.

FERREIRA, I. F. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 9, n. 1, p. 155-168, 2005.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2020.

FRANÇA, L. F.; RONDON FILHO, E. B. Crimes violentos letais intencionais (CVLI) em Porto Velho – Rondônia: a relação entre a violência criminal urbana e os equipamentos de serviços urbanos. **Revista Susp**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 153-170, 2021.

FREITAS, E. L. H. **Loteamentos fechados**. 2008. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HEWITT, A. N. et al. Identifying the nature of risky places for sexual crime: the applicability of crime pattern and social disorganization theories in a Canadian context. **Journal of Criminal Justice**, v. 57, p. 35-56, 2018.

HIPP, J. R.; YATES, D. K. Ghettos, thresholds, and crime: does concentrated poverty really have an accelerating increasing effect on crime? **Criminology**, v. 49, p. 955-990, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Boletim criminal do Maranhão: crimes violentos**. São Luís, 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2021**. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

JONES, R. W.; PRIDEMORE, W. A. Toward an integrated multilevel theory of crime at place: routine activities, social disorganization, and the law of crime concentration. Cham: Springer Nature, 2018.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MASULLO, Y. A. G.; MACIEL, D. S.; SANTOS, I. G. Perfil das vítimas de crimes violentos letais intencionais no Maranhão. **GeoTextos**, p. 189-213, 2021.



MASULLO, Y. A. G.; SILVA, J. R.; SANTOS, I. G.; MELO, S. N. Concentração espacial dos crimes violentos contra as mulheres no município de São Luís, MA. **Caminhos de Geografia**, v. 21, p. 133-150, 2020.

MAZUR, F. P. R.; PONTES, L. R. Um estudo acerca dos aglomerados de exclusão na cidade maravilhosa. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, p. 1-15, 2011.

MEDEIROS, C. N.; PINHEIRO, F. S. A.; SOUZA, G. M.; PINHEIRO, D. R. C. Correlações espaciais entre homicídios e concentração de aglomerados subnormais em Fortaleza/CE/Brasil. **Revista GeoUECE**, v. 2, n. 1, p. 92-110, 2013.

MORIN, Edgar **et al.** **Educar na era planetária: o destino planetário no ensino.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NASCIMENTO, R. P. B.; REIS NETTO, R. M.; TOLOSA, T. S. R.; CAVALCANTE, C. C. S. O processo de periferização e violência na baixada belenense: um estudo sobre a territorialidade dos homicídios no bairro da Terra Firme, Belém-PA entre os anos de 2013 a 2017. In: **XIII ENANPEGE.** Anais [...]. São Paulo, 2019.

NOGUEIRA, J. M. **Avaliação da relação espacial entre homicídios e aspectos socioeconômicos utilizando técnicas e ferramentas de geoprocessamento.** Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Y. M. C.; OLIVEIRA NETO, T. I. Aglomerados subnormais em Fortaleza: representações de desigualdades socioespaciais. **Revista GeoUECE**, Número Especial, p. 41-54, 2014.

PIMENTA, M. M.; FACHINETTO, R. F.; SCHABBACH, L. M.; STUKER, P.; MICHELON, G. L.; HILGERT, R. Dinâmicas dos homicídios em Porto Alegre: discursos e interpretações sobre a violência letal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 18-45, 2020.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RIVERO, P. S.; RODRIGUES, R. I. *Favelas, pobreza e sociabilidade violenta no Rio de Janeiro: uma análise espacial.* Rio de Janeiro, 2009.

SANTANA, M. B. C.; SILVA, A. L. A. A configuração do espaço urbano nos aglomerados subnormais favorece o crime e a marginalidade em São Tomé de Paripe? In: **16ª Jornada UNIFACS de Iniciação Científica.** Anais [...]. Salvador, 2019.

SANTOS, M. A. **Natureza do espaço: técnica, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. A. F. Territórios do crime no espaço urbano e mecanismos de prevenção. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 16, p. 325-341, 2015.

SILVA, L. L.; LOPES, F. C. R. O território sobralense e os aglomerados de exclusão na cidade média. **Revista Equador**, v. 9, n. 3, p. 189-208, 2020.

SULIANO, D. C.; OLIVEIRA, J. L. **Polícia reduz crime? Um estudo de caso na RMF do Ceará.** Fortaleza: IPECE, 2010. (Texto para Discussão, 88).



WANG, L. The spatial and social patterning of property and violent crime in Toronto neighbourhoods: a spatial-quantitative approach. **ISPRS International Journal of Geo-Information**, v. 8, n. 51, p. 1-18, 2019.

WEISBURD, D. et al. **The criminology of place: street segments and our understanding of the crime problem**. New York: Oxford University Press, 2012.

ZAKAYO, E. et al. Land regularization and community development nexus in cities of Sub-Saharan Africa: a critical review with urban growth and development perspectives. **International Journal of Scientific Research and Management**, v. 6, p. 1-12, 2018.